

ÓPIO DO POVO? DESMITIFICANDO A HISTÓRICA RELAÇÃO ENTRE RELIGIÃO E MARXISMO

Valdemir de França Souza¹

Luiz Carlos Luz Marques^{2**}

Resumo

Pretende-se discutir, a partir de instrumentais teóricos, alguns pontos do pensamento de Karl Marx acerca da religião e como tais ideias foram interpretadas por parte dos seus seguidores e críticos ao longo do tempo. Apresentaremos os intelectuais que inspiraram as breves análises de Marx sobre a temática e tentaremos explicar, a partir do que “diz” o pensador, o real objeto de sua crítica. Traremos para a discussão, como forma de ampliar o que pretendemos demonstrar, outros pensadores que se debruçaram sobre o tema, tais como Friederich Engels, Ernst Bloch e Antonio Gramsci. Por fim, tentaremos suscitar discussão acerca do uso equivocado ou manipulado das análises de Marx por grupos religiosos e políticos brasileiros, sobretudo, no último processo eleitoral.

Palavras-chave: Marxismo. Política e religião. Karl Marx.

INTRODUÇÃO

Qualquer jovem estudante, certamente, já ouviu ou mesmo pronunciou a frase “religião é o ópio do povo” em algum momento da vida. Independentemente da posição política, contrária ou favorável ao marxismo, o fragmento se encaixa, ora para criticar ferozmente, ora como trunfo para validar uma suposta rejeição incondicional do pensador à religião e sua importância social. No entanto, quando “mergulhamos” no “pouco” que Marx disse acerca da temática, um cenário totalmente diferente se apresenta, mas, por deficiência teórica ou manipulação política, sobretudo em tempos de *fake news* e pós-verdades, o que chega ao cidadão médio ou mesmo ao universo estudantil, de todos os níveis, é o senso comum de que tudo que Karl Marx disse sobre a religião pode ser resumido a uma única frase, ou melhor, a um fragmento extraído das linhas percorridas pelo pensador. Entretanto, o trecho completo foi publicado na obra “crítica a filosofia do direito de Hegel” e diz:

A miséria religiosa constitui ao mesmo tempo a expressão da miséria real e o protesto contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos. Ela é o ópio do povo (Grifo nosso) (MARX, 2005, p.47).

¹ Doutorando do Programa de pós-graduação em Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco. valdemir.souza@unicap.br

² ** Doutor em história das religiões, professor e membro do colegiado do programa de pós-graduação em Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco. luiz.marques@unicap.br



Conclui-se, por óbvio, que o trecho em que diz “a religião é o ópio do povo” é na verdade, um fragmento pinçado, estrategicamente para alimentar distorções ou exageros sobre o que entendia Karl Marx a respeito das religiões.

Outro aspecto importante que se faz necessário inserir em seu devido contexto é o uso da palavra “ópio”: [...] substância entorpecente, viciante e hipnótica que estava em evidência no período em função da sua crescente comercialização ao longo do século XIX pelo império Britânico que inclusive, chegou a declarar guerra contra a China para forçá-la a permitir a comercialização do produto em seu território. Tais conflitos, inclusive são conhecidos até hoje pela historiografia como “guerras do ópio” e, neste sentido, chamar a religião de ópio do povo foi, na verdade, um recurso didático para ilustrar sua capacidade de criar uma atmosfera em que o peso da existência miserável de muitos seria atenuado por meio da fé. Outros pensadores do período, inclusive, utilizaram a mesma palavra para se referir ao tema, portanto, usar o termo “ópio” para se referir a religião não foi uma exclusividade de Karl Marx.

Apesar do grande volume de análises das religiões serem atribuídas a Marx, se faz importante esclarecer que no período em que escreveu o famoso fragmento, ele era ainda um jovem discípulo de Ludwig Feuerbach que considerava, em uma breve análise, que as religiões são fruto dos próprios anseios humanos. Em outras palavras, a sociedade cria as religiões e não ao contrário. Sendo assim, quando voltamos a obra “Crítica à filosofia do direito de Hegel”, percebemos que houve uma inspiração no que pensava Feuerbach sobre a temática. Ainda assim, já é possível observar que ele percebeu a natureza contraditória da “angústia” religiosa que por um lado, pode funcionar como um “simples” instrumento para a legitimação do *status quo*, mas que pode ser também, um protesto contra ele (LÖWY, 2000).

Foi com *A Ideologia Alemã*, obra de 1846, que os estudos marxistas acerca da religião como realidade social e histórica se iniciaram, de fato. Este estudo inaugurou um novo método analítico que consistiu em:

[...] abordá-la como uma das muitas formas de ideologia – ou seja, das produções espirituais de um povo, da produção de ideias, de representações e consciência, necessariamente condicionada pela produção material e pelas relações sociais correspondentes (LÖWY, 2000. p. 14).

Após a publicação deste estudo, juntamente com Friedrich Engels, Marx descontinuou suas pesquisas sobre os fenômenos religiosos e seus universos de significados. Todavia, podemos observar menções elucidativas da evolução dos seus posicionamentos sobre a questão, como, por exemplo, em uma das notas de rodapé da obra *O capital* em que ele parece reconhecer que, em momentos históricos específicos, a religião pode desempenhar papéis decisivos:

Nem poderia a Idade Média viver do catolicismo, nem a Antiguidade da política. As condições econômicas respectivas explicam, de fato, por que o catolicismo lá e a política aqui desempenharam o papel dominante (MARX, 1971. p. 96).

Apesar do seu pouco interesse para com os fenômenos religiosos, alguma atenção da parte de Marx foi desprendida para analisar o protestantismo e o capitalismo, antecipando inclusive, em meio século os estudos weberianos sobre a temática:

O culto do dinheiro tem seu ascetismo, sua autonegação, seu auto-sacrifício – economia e frugalidade, desprezo dos prazeres mundanos, temporais e passageiros; a caça ao tesouro eterno. Daí a conexão entre o puritanismo inglês ou o protestantismo holandês e o fazimento de dinheiro (MARX, 1971. p. 749).

As análises de Karl Marx, mesmo abandonando os estudos aprofundados sobre religião, estão recheadas de referências metafóricas ao capitalismo como “religião do cotidiano” ou ao capital como deuses pagãos, vorazes por sacrifícios e, óbvio, ao próprio conceito de “fetiche”. Todavia, mesmo com sua grande criticidade, Marx sinaliza para a necessidade de abolir a religião, apenas enquanto estrutura alienante dos povos:

A abolição da religião enquanto felicidade ilusória dos homens é a exigência da sua felicidade real. O apelo para que abandonem as ilusões a respeito da sua condição é o apelo para abandonarem uma condição que precisa de ilusões. A crítica da religião é, pois, o germe da crítica do vale de lágrima, do qual a religião é a aureola (MARX, 2005, p. 145-146).

A reação a tais teses, obviamente, não tardou a vir e, em 1846, a Carta Encíclica *Qui pluribus*, do Papa Pio IX condenou a doutrina do assim chamado comunismo (Marx, 1972). Era o início de uma ruptura que persiste, em parte, até os dias de hoje.

0 ESTUDOS MARXISTAS SOBRE O FENOMENO RELIGIOSO

Mesmo com o abandono por parte de Marx, os estudos acerca das religiões prosseguiram a partir de outros intelectuais da época em que se destaca a figura de Friederich Engels. Seu interesse a respeito das religiões, ao contrário de Marx, se norteia em seus papéis históricos, ou seja, na explicação das formas sociais que as religiões assumem em diferentes recortes temporais:

A principal contribuição de Engels para o estudo marxista das religiões é sua análise do relacionamento das representações religiosas com a luta de classes. Além e acima da polemica filosófica do materialismo contra o idealismo (LÖWY, 2000. p. 16).

Nesta linha de raciocínio, temos, no cristianismo, por exemplo, um sistema cultural que passa por transformações ao longo do tempo. Sua jornada iniciou como uma religião de pobres, marginalizados e escravos transformando-se, posteriormente, em religião estatal de Roma e, finalmente, se moldando ao contexto da Europa medieval. Esse processo, no entanto, ainda não estava finalizado e termina por culminar com sua adaptação à sociedade burguesa.

Usando um certo utilitarismo religioso, Engels vai afirmar que cada classe social usa sua religião de forma que considera conveniente, independente da crença. Suas análises concluem que tudo se resume a uma espécie de “disfarce religioso” dos complexos interesses que envolvem as classes sociais (LÖWY, 2000.). Apesar disso, o mérito das suas constatações possui grande valor pois, o fez compreender que existe uma diversidade nos grupos religiosos e suas origens não podem ser por outro motivo senão pela composição de classes. Portanto, quando se afirma de forma descontextualizada que a “religião é o ópio do povo”, recorre-se ao mesmo equívoco de muitos dos filósofos iluministas e suas conclusões acerca da existência de uma homogeneidade no clero.

Apesar de ateu e crítico voraz da religião, Engels reconheceu a existência de certa duplicidade no fenômeno religioso. Isto é, sua capacidade legitimadora e mantenedora do *status quo*, mas, por outro lado, seu potencial de arregimentação das massas para a transformação da realidade.

Na esteira do que Marx e Engels concluíram sobre o fenômeno religioso, mas, ao mesmo tempo, transformando seu arcabouço teórico, Ernst Bloch vai discordar da tese de Engels no ponto específico em que considera a religião como roupagem para acobertar interesses de classe. Por outro lado, suas análises se coadunam no que se refere a distinção entre grupos religiosos ligados a composição de classes que, conseqüentemente, resultam em religiões teocráticas, o ópio do povo pronta para atacar o “submundo” da religião subversiva e revolucionária (LÖWY, 2000). Suas ideias ultrapassam a perspectiva do simples reconhecimento da existência de religiões organizadas e fundamentadas a partir das classes em que pertencem seus indivíduos. Afirma inclusive, que em suas formas de protesto, a religião é uma das mais significativas manifestações de consciência utópica, uma das concepções mais ricas do princípio da esperança (LÖWY, 2000).

Na mesma linha de raciocínio, mas preocupado em observar o funcionamento da Igreja Católica na contemporaneidade, Antônio Gramsci se debruçou no que chamou de formas progressistas de religiosidade em oposição ao conservadorismo.

A religião é a utopia mais gigantesca, a ‘metafísica’ mais gigantesca que a história jamais conheceu, porque é a tentativa mais grandiosa de reconciliar, de forma mitológica, as contradições verdadeiras da vida histórica. Ela afirma, na verdade, que a humanidade tem a mesma natureza, que o homem [...] tendo sido criado por Deus, sendo filho de Deus e, portanto, irmão dos demais homens[...] (GRAMSCI, 1979. p. 17).

Essas ideias revolucionárias e perigosas para as correntes religiosas conservadoras vão, pouco a pouco, se transformando em experiências concretas em que grupos religiosos questionam e combatem as estruturas opressoras de suas existências. Vários são os exemplos que ilustram essa realidade, todavia, vamos nos ater a dois: O caso do Pastor Martin Luther King e sua luta pelo reconhecimento dos direitos civis da população negra estadunidense e do Arcebispo de Olinda e Recife Dom Helder Câmara. Temos, em ambos, exemplares representantes

de grupos religiosos que arregimentaram o povo a contestar as realidades em que estavam inseridos e, dentro de suas limitações, tentaram modificá-las. Isso explica a perseguição que esses líderes religiosos sofreram e que, por exemplo, enfrenta o Papa Francisco, nos dias atuais.

O RETORNO DAS CRÍTICAS SISTEMÁTICAS AOS RELIGIOSOS MARXISTAS

Nos últimos anos, com a ascensão política de grupos ligados a extrema direita no Brasil e no mundo, a discussão acerca do marxismo vem ganhando força. Todavia, assim como já foi no passado, o nível de profundidade teórica é mínimo, restringindo-se, na maioria dos casos, a repetir o trecho “religião é o ópio do povo” que, por óbvio, é incompleto e desprovido de qualquer historicidade. Tais afirmações tentam fundamentar-se inclusive, em antigos documentos da própria Igreja como a Carta *Encíclica Divinis Redemptoris* publicada pelo Papa Pio XI em 1937. Um olhar mais apurado para o contexto da época conclui, sem muita dificuldade, que a Europa ocidental temia, na época, o avanço do socialismo soviético que, certamente, poderia implicar perdas para a cúpula católica romana. Ou seja, por questões ligadas a poder, houve uma tentativa de atrelar, necessariamente, o socialismo ao ateísmo.

Documentos como este são amplamente citados, por ignorância ou desonestidade intelectual, para persuadir pessoas a abandonarem grupos ligados a esquerda, partidos políticos e, direcionar votos, na maioria dos casos, para candidatos conservadores. Entretanto, é possível considerar que documentos como este, apesar de não revogados expressamente, sequer foram recepcionados no Concílio Vaticano II – momento em que a Igreja Católica, atualizou suas posições teológicas e sociais. Sendo assim, toda e qualquer menção a tais documentos, além de desatualizadas, ignoram suas revogações tácitas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso equivocado ou desonesto do pensamento de Karl Marx acerca das religiões continua alimentando diversas narrativas que atrelam suas ideias ao ateísmo ou demonização. Todavia, quando analisamos o que, de fato, foi dito por ele e outros intelectuais da mesma corrente teórica, observamos que, quase tudo do que tem sido dito, por adeptos do marxismo inclusive, não passam de interpretações desconexas com a realidade ou construções de narrativas intencionais que impactam em movimentações no campo religioso e inviabilizam debates socialmente progressistas em espaços religiosos.

Tudo se resume, infelizmente, a uma luta para perpetuar a alienação que paira sobre grupos potencialmente capazes de produzir mudanças sociais significativas. Ou seja, no uso da ignorância, também entre os religiosos, para impedir a construção de uma sociedade em que o abismo entre ricos e pobres seja menor.

REFERÊNCIAS

GRAMSCI, A. **Materialismo Storico**. Roma: Editori Riuniti, 1979.

LÖWY, M. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, K. Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução. In: MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1: O processo de produção capitalista. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

MARX, K. **Pró e contra: O julgamento da história**. São Paulo: Edições melhoramentos, 1972.

PIO IX. **Qui Pluribus**. Disponível em <<https://www.vatican.va/content/pius-ix/it/documents/enciclica-qui-pluribus-9-novembre-1846.html>> Acesso em 07 set. 2023.

PIO XI. **Divini Redemptoris**. Disponível em <https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370319_divini-redemptoris.html> Acesso em: 07 set. 2023.